



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO - Poder Executivo/Indiretas

Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

2º Quadrimestre/2013

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

Despesa com Pessoal	Despesas Executadas (Últimos 12 Meses)	
	Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	12.330.982,86	0,00
Pessoal Ativo	11.824.439,12	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	506.543,74	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	140.000,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	140.000,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	12.190.982,86	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	12.190.982,86	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	28.302.432,23	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	43,07	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III art. 20 da LRF - <54%>	15.283.313,40	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <51,3%>	14.519.147,73	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <48,6%>	13.754.982,06	

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

NOTA: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em :

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.